

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1. DO OBJETO

Registro de Preço, pelo período de 12 meses, para contratação de empresa especializada para os serviços de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - **CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA – NOVA FRIBURGO/RJ**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.1	Requisitante:	Secretaria Municipal de Obras
1.2	Fundamentação legal:	Lei Federal 14.133/2021 – art. 82 e seguintes - Sistema de Registro de Preços
1.3	Período	12 meses
1.4	Tipo:	Menor preço global

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de **DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CONTRATAÇÃO DE BOTA-FORA – NOVA FRIBURGO/RJ**, para atender a futuras demandas da Secretaria Municipal de Obras.

2.2 A tabela abaixo demonstra o objeto do presente Termo de Referência e o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades a seguir delineadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
01	Disposição final de materiais e resíduos de obras em locais de operação e disposição final apropriados, autorizados e/ou licenciados pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, medida por tonelada transportada, sendo comprovada conforme legislação pertinente.	Ton.	104.520
02	Espalhamento de material em bota-fora	M³	60.000

2.3 Não se aplica a metodologia BIM na presente contratação, apesar de representar serviço de engenharia com precificação determinada mediante tabelas referenciais da construção civil, uma vez tratar-se de item isolado de destinação final de resíduos, sem a presença de projetos básicos ou executivos para sua execução, a qual se resume à disponibilização de bota-fora devidamente licenciado.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação dos serviços de bota-fora será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da Lei nº. 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei nº. 14.133/2021).

4.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. Da Justificativa

Nova Friburgo é um município composto por várias bacias hidrográficas, com características montanhosas, é composta basicamente de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar um leito único no exultório. Dado o exposto, a dragagem de manutenção em corpos hídricos é necessária para manter a profundidade ao traçado do canal de projeto, ou a calha de corpos hídricos, cuja lâmina d'água é, periodicamente, reduzida devido ao assoreamento.

O serviço de dragagem contribui para minimizar os impactos causados por enchentes decorrentes do transbordamento dos mesmos.

Assim, considerados os serviços de dragagem que têm por objetivo mitigar as inundações decorrentes do transbordamento desses cursos d'água, promovendo melhoria da qualidade de vida da população que vive mais próximo às suas margens, precisamos de local ambientalmente adequado e licenciado para transbordo dos materiais decorrentes dos serviços realizados, o que não dispomos até o momento, sendo necessária a identificação de melhor solução para tanto, que é a contratação dos serviços de disposição final de resíduos, comumente denominado “bota-fora”.

Os demais serviços realizados por esta Secretaria Municipal de Obras por vezes também demandam a disponibilidade de bota-foras licenciados para disposição final de resíduos de forma ambientalmente adequada, e, considerando a indisponibilidade de terreno próprio desta Administração para receber tais resíduos sem impacto negativo em sua ulterior utilização para finalidades construtivas, necessária se faz a contratação para solução do problema.

Hoje, não dispomos de local ambientalmente adequado para disposição final de resíduos de dragagem dos rios e córregos do Município, tampouco disposição de materiais provenientes de limpeza de obras, entulhos, terraplanagens, etc.

Assim, o bota-fora a ser contratado pela Municipalidade deverá ter disponibilidade de recebimento de materiais provenientes de dragagem de rios e córregos com recebimento de material sólido e vegetação, além de materiais de entulho, obras, demolições, terraplanagem, etc.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei n. 14.133/2021).

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A solução a ser licitada contemplará a contratação de bota-fora (disposição final de materiais e resíduos de obras) em local de disposição final apropriado, devidamente autorizado e/ou licenciado pelos órgãos de licenciamento e de controle ambiental, compreendendo o espalhamento do material transportado/depositado.

Registre-se que, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar, tendo sido incluído no respectivo Orçamento estimado da contratação, a licitante deverá disponibilizar também os serviços de espalhamento do material dispensado no bota-fora a fim de não impactar negativamente a execução dos serviços de desbordo, causando prejuízo de tempo com filas excessivas de caminhões aguardando para descarga dos resíduos.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

6.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública, devendo ser apresentadas as competentes Certidões.

6.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei nº. 11.101/2005).

6.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

6.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.5 Não será admitida a participação de consórcios neste certame;

6.6 Certidão comprobatória de inscrição e regularidade no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e/ou do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da empresa e seus respectivos responsáveis técnicos com habilitação nos ramos de arquitetura ou engenharia civil, conforme atribuições referentes aos Conselhos pertinentes à categoria profissional. No caso do licitante com registro no CREA e/ou CAU de outro estado, deverá apresentar visto de registro pelo CREA-RJ e/ou CAU-RJ. O visto de Registro pelo CREA-RJ e/ou CAU-RJ poderá ser apresentado por ocasião da convocação da adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preços, sob pena de não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.7 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e a favor da empresa licitante **(Atestado de Capacidade Técnica Operacional)**. Comprovação de experiência na prestação de serviço específico de Disposição final de Resíduos – Bota-Fora, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto da licitação.

6.8 Somente serão aceitos atestados após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior conforme 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº. 5, de 2017.

6.9 O licitante deverá comprovar que os profissionais indicados como responsáveis técnicos pertencem ao quadro da empresa por meio da apresentação da documentação abaixo elencada:

- a) Cópia autenticada de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum; OU
- b) Cópia autenticada da carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP/SEFIP); OU
- c) Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será realizada mediante a apresentação de cópia autenticada do contrato social ou certidão da Junta Comercial, ou ato constitutivo da empresa devidamente atualizado; OU
- d) Declaração de disponibilidade nos moldes constantes em anexo próprio do Edital.

6.11. O licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, que os serviços de bota-fora a serem contratados disponham de todas as licenças ambientais correlatas, com vigência de pelo menos 12 meses da data de realização do certame, em nome da empresa ou do(s) titular(es) da(s) área(s) a ser(em) utilizada(s), demonstrando, neste último caso, vinculação contratual com a licitante, devendo ainda o(s) local(is) de bota-fora para recebimento dos materiais se encontrar(em) dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo. (A soma das licenças dos bota-foras deve atingir, pelo menos, o montante inicialmente registrado de 60.000m³).

6.12. NÃO SERÁ ADMITIDA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO LICITADO.

6.13. Considerando a singularidade do objeto da licitação, **NÃO SERÁ EXIGIDA A GARANTIA CONTRATUAL** de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021.

6.14. Considerando que os serviços a serem prestados independem do local da futura e eventual intervenção executada por esta Secretaria Municipal de Obras, os quais se resumem à disposição final dos resíduos em bota-fora devidamente licenciado pertencente à própria licitante ou a terceiros a ela vinculados contratualmente, **NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE VISTORIA.**

7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

7.1. Considerada a natureza e forma da prestação do serviço, será dispensada a elaboração de instrumento contratual, o qual será substituído por competentes Notas de Empenho quando da necessidade de utilização da Ata de Registro de Preços.

7.2. A execução dos serviços obedecerá aos documentos técnicos, seguindo a Planilha Orçamentária e Memória de Cálculo que instruem a licitação e partes integrantes deste.

7.3. Todo caminhão carregado e todo material transportado deverá estar devidamente alcançado por competente Manifesto de Resíduos emitido pela Contratante para destinação final no bota-fora da Contratada, onde constarão volume e tipo do material transportado para fins de medição ao final do período de 30 dias ou quando do encerramento dos trabalhos de cada localidade, hipótese em que poderão ser feitos pagamentos em menor período de tempo.

7.4. A contratada deverá manter maquinário à disposição no bota-fora, conforme planilha orçamentária, a fim de realizar o espalhamento dos materiais despejados, buscando impor celeridade à execução dos serviços desempenhados pela Contratante, buscando evitar-se a produção de fila para desbordo do material.

8. DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

8.1. O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na ARP e nas normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput). **Após solicitação formalizada pelo fiscal, com a despesa devidamente empenhada, a contratada deverá disponibilizar os serviços de bota fora, em quantidades suficientes ao atendimento das demandas do Município, em um prazo de até 48 horas.**

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do serviço, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º). A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), os quais serão designados mediante Ordem de Serviço exarada pelo Ordenador da Despesa.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais ou equipamentos nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.11. Após emissão da Nota de Empenho, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

8.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

8.14.1 Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com os relatórios de Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos - MTRs, devidamente assinados pelos responsáveis: gerador; transportador e pelo destinador. Deverá ser apresentado o agrupamento de todas os MTRs no Certificado de Destinação Final - CDF, apresentadas mensalmente à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante, as quais levarão em conta exclusivamente os serviços realizados nos Manifestos.

8.14.2 Na Hipótese de serviços que se encerrem por etapas ou antes do interregno de 30 dias, poderão ser faturados os Manifestos correspondentes àquelas demandas em específico, sem a necessidade de espera de 30 dias para medição/pagamento.

8.14.3 Não há cronograma físico-financeiro, tampouco previsão estimativa de desembolso, uma vez que se busca registrar preço para eventual e futura execução de serviços de bota-fora, que podem ter sua execução em volume elevado em determinado período e sem execução em outros, geralmente seguindo acompanhando os períodos de alta e baixa pluviosidade.

9 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 18, III, da Lei n. 14.133/2021)

9.1. Considerando a singularidade do objeto da licitação, não será exigida a garantia contratual de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021.

10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço global).

10.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

10.2.1 SICAF;

10.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

10.2.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

10.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

10.13 Habilitação Jurídica:

10.13.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU

10.13.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU

10.13.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU

10.13.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

10.13.5 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU

10.13.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU

10.13.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

10.13.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.14 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

10.14.1 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

10.14.2 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.14.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.14.4 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.14.5 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

10.14.6 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.14.7 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.14.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.14.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.14.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou

declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

10.14.9 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, pela apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), expedida pela Secretaria Municipal de Finanças, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos;

10.15 O licitante deverá comprovar, na fase de habilitação, que os serviços de bota-fora a serem contratados disponham de todas as licenças ambientais correlatas, em nome da empresa OU do(s) titular(es) da(s) área(s) a ser(em) utilizada(s), demonstrando, neste último caso, vinculação contratual com a licitante, devendo ainda o(s) local(is) de bota-fora para recebimento dos materiais se encontrar(em) dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo. (A soma das licenças dos bota-foras deve atingir, pelo menos, o montante inicialmente registrado de 60.000m³).

11 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.

11.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
10001.1545200151.016	339039 25	17050000020

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (artigo 92, XIV, XVI, XVII, da Lei nº. 14.133/2021)

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as exigências deste Termo de Referência, as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com os relatórios de Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos - MTRs, devidamente assinados pelos responsáveis: gerador; transportador e pelo destinador. Deverá ser apresentado o agrupamento de todas os MTRs no Certificado de Destinação Final - CDF, apresentadas mensalmente à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante, as quais levarão em conta exclusivamente os serviços realizados nos Manifestos.

12.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços realizados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços.

13.2. Os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas mensalmente, ou em menor tempo, conforme definido em tópico próprio. As medições levarão em conta o quantitativo do material apresentado no Certificado de Destinação Final.

13.3. Para o atendimento da(s) Ordem(s) de Serviço a contratada deverá manter os locais aptos a receberem os resíduos, em até 48 horas após sua expedição, de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 17:00 horas, podendo, excepcionalmente, ser solicitado atendimento que extrapole tais datas/horários para atendimento de alguma demanda específica.

13.4. A Contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização.

13.5. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; botina; luva de raspa; respirador semi-facial descartável; protetor solar; protetor auditivo e os demais previstos nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego.

13.6. A contratada deverá atender à regulamentação que estabelece a metodologia do serviço a ser executado, na forma da Norma Operacional para o Sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos (NOP Inea 35 – Sistema MTR), aprovada pela Resolução Conema nº 79, ou outra que vier a substituí-la ou alterá-la, a qual estabelece as condições de controle da geração, transporte e destinação adequados de resíduos no Estado do Rio de Janeiro, bem como atender à norma NOP-INEA- de emissão de fumaça preta por veículos automotores do ciclo diesel, aprovada pela resolução CONEMA nº. 58 de 13.12.2013.

14 DA LIQUIDAÇÃO

14.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, ou outra que vier a substituí-la, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto Municipal nº. 258 de 27 de setembro de 2018 e alterações posteriores.

15 DO PAGAMENTO

15.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº. 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ,

CEP: 28613-001

15.2 As medições serão efetuadas de acordo com o avanço físico real dos serviços, devendo estar de acordo com os cronogramas apresentados pelo contratado e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, justificando-se eventual divergência. As medições serão feitas ao final de cada mês pela fiscalização, observados os quantitativos informados no Certificado de Destinação Final.

15.3 As medições dos serviços corresponderão àqueles efetivamente realizados e seu perfeito cumprimento, consoante o regime de execução adotado, cabendo à fiscalização efetuar os

levantamentos dos serviços executados através dos MTR e do Certificado de Destinação Final - CDF, sendo certo que os pagamentos em favor da contratada serão realizados de acordo com as medições apresentadas à Fiscalização e posteriormente à Secretaria requisitante.

15.4 Quando da entrega das medições, a CONTRATADA deverá apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra no período, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;

15.5 Quando da apresentação das medições, deverá ser observado o Decreto Municipal nº. 238/2018, em seu art. 12, bem como a manutenção da regularidade fiscal ao longo do contrato.

15.6 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº. 258, de 27 de setembro de 2018 e modificações posteriores, ou outro que vier a substituí-lo, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade no momento da apresentação da medição:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

15.7 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

15.8 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no Decreto Municipal nº. 258, de 27 de setembro de 2018 e modificações posteriores, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo proponente deverá ser apresentada juntamente com a planilha de custos nos moldes da planilha orçamentária referência da Administração.

16.2 O local do bota-fora **obrigatoriamente** deverá estar inserido dentro dos limites territoriais do Município de Nova Friburgo – RJ.

16.3 O RGI do terreno poderá estar em nome de terceiro, porém o licenciamento deverá estar no nome da empresa participante da licitação. Neste caso é necessário apresentação do contrato formalizado o acordado entre o proprietário do terreno, conforme RGI, e a empresa que irá utilizar o espaço para o bota-fora.

16.4 Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

16.5 O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas neste anexo acarretará a aplicação de sanções, de acordo com o estabelecido no edital.

16.6 Os documentos relativos aos serviços através dos relatórios de manifestos deverão ser reunidos e encaminhados à fiscalização da unidade contratante até o segundo dia útil da semana seguinte à trabalhada, onde serão detalhados os volumes depositados no bota fora.



16.7 Compete à contratada manter segunda via de todos os documentos e relatórios já mencionados como necessário ao controle de execução, devendo as unidades contratantes manter registros de controle para acompanhamento da execução contratual.

16.8 Poderá haver adesão à Ata de Registro de Preços, na forma como disciplinado na Lei 14.133/2021.

16.9 Deverá ser realizado o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, na forma do art. 82, VII e §5º, VI, da Lei 14.133/2021.

17 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

17.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

RESPONSÁVEL PELA EDIÇÃO:	APOIO TÉCNICO:
 ELIAS JOSÉ MOREIRA SANGLARD Subsecretário de Obras Especiais Mat. 100.220	 WILLIAN R. G. BORGES Engenheiro Civil Mat. 62.350
	GILBERTO FERREIRA FERRO Técnico em Edificações Mat. 100.546

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**



BERNARDO COELHO VERLY
Secretário Municipal de Obras
Matrícula nº. 62.009

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/202____

PROCESSO Nº _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, vem por meio do presente instrumento, **DECLARAR** que os profissionais _____

(qualificação e nome completo), inscritos _____, comprometem-se a estar disponível para a execução do contrato, decorrente do Edital de Pregão Eletrônico nº _____, em conformidade com todas as condições e prazos previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

_____, ____ de _____ de 20____.

Representante legal do proponente

De acordo:

Nome completo e assinatura dos profissionais indicados e disponibilizados pela licitante.